

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.314.344 - SP (2018/0151713-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : P S P S
ADVOGADOS : ANTÔNIO AUGUSTO VIEIRA GOUVEIA - SP119243
LUIS ROBERTO MOREIRA FILHO E OUTRO(S) -
SP138682
AGRAVADO : S F B
ADVOGADOS : MARCUS VINICIUS PERELLO - SP091121
REBECA ARAÚJO BELASCO E OUTRO(S) - SP361280

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/1973). AGRAVO DE INSTRUMENTO EM EXECUÇÃO DE ACORDO HOMOLOGADO EM AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL COM PARTILHA DE BENS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por P S P S contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 618):

Agravo de Instrumento - Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Partilha de Bens - Execução de sentença que homologou acordo firmado entre as partes - Alegação de descumprimento de cláusula que previa transferência de valores - Ausência de comprovação da real transferência, total ou parcial, do valor nos termos acordados - Agravante que se limita a levantar teses alternativas - Cumprimento da cláusula que envolvia providência futura, não sendo abrangida pela cláusula de quitação - Recurso improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl.

629-632).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 320, parágrafo único, e 884 do Código Civil; e 267, VI, 348 e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973. A par da negativa de prestação jurisdicional, afirma constar expressamente da transação homologada em Juízo, na cláusula 21, a quitação plena e geral da quantia reclamada nesta lide. Defende que as provas juntadas pela própria recorrida (declaração de imposto de renda da recorrida) explicitam que pelo menos parte da dívida já foi paga. No entender da recorrente, a manutenção da decisão atacada propiciará enriquecimento indevido da recorrida.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 647).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (e-STJ fl. 693-696).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (cf. Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Verifico que se apresenta deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, não havendo a demonstração clara dos pontos do acórdão que se apresentam omissos, contraditórios ou obscuros. Aplica-se, assim, o óbice da Súmula 284/STF. Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. OMISSÃO.
FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF.
ILEGITIMIDADE. REVISÃO DE PROVAS E CONTRATO.
IMPOSSIBILIDADE.**

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do

Código de Processo Civil de 1973, mas não demonstra de forma clara e precisa a negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

3. Rever o entendimento do tribunal de origem, no sentido de afastar a legitimidade do recorrente, requer reexame do conteúdo fático-probatório dos autos e interpretação de cláusulas contratuais, procedimentos inviáveis em recurso especial, haja vista os óbices das Súmulas nºs 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 971.794/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018)

Com relação à alegada violação ao art. 884 do CC e 267, VI, do CPC/1973, são questões não ventiladas no acórdão recorrido, fazendo incidir o óbice da Súmula 282/STF, por ausência de prequestionamento. Vale observar que a matéria dos referidos dispositivos não foi levada à Corte Estadual quando dos embargos de declaração opostos.

Quanto à apontada ofensa aos arts. 320, parágrafo único, do Código Civil; e 348 do Código de Processo Civil de 1973, o recurso não pode ser conhecido. A teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles .

No caso, o Tribunal de Justiça de São Paulo afastou os argumentos da parte quanto à existência de quitação total ou parcial ao fundamento de que: a) a cláusula do contrato que prevê a quitação plena e geral, por óbvio, não abrange a cláusula contratual que envolve uma providência futura de transferência de valores de uma conta para a outra; e b) não há nos autos qualquer comprovante de pagamento de eventual quantia em data posterior à homologação do acordo, tampouco constou da declaração do imposto de renda da parte recorrente. O voto foi proferido da seguinte maneira (e-STJ fl. 620/621):

Afasto primeiramente a alegação de quitação plena e geral

outorgada, já que tal cláusula, obviamente, não abrange o cumprimento da referida cláusula contratual, que envolve uma providência futura de transferência de valores de uma conta para outra, não tendo se dado no momento em que firmado o acordo.

O pleito subsidiário de compensação, da mesma forma, não merece guarida. O pagamento de eventual quantia pelo Agravante em data posterior à homologação do acordo não foi comprovado nos autos, tampouco constou nas declarações de imposto de renda juntadas aos autos (o que caberia em caso de doação pura e simples).

No mesmo sentido, sem qualquer fundamento a alegação de pagamento parcial. No todo ou em parte, o Agravante não logrou êxito em comprovar qualquer pagamento, devendo a execução, portanto, prosseguir pelo valor disposto no acordo.

Veja-se que a insurgência recursal, no entanto, não refuta nenhum dos fundamentos do acórdão recorrido, limitando-se a reprisar seus argumentos já rechaçados na origem.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator